



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 037/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00018 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Educação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso ao documento emitido pelo Diretor do Centro de Vida Funcional - CEVIF e do relatório emitido pela Fundação Vunesp, referente ao processo de promoção por mérito do quadro do magistério da SEE, relativo ao ano de 2016. Atendimento extemporâneo. Perda de objeto.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 037/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que estava impossibilitado de atender a solicitação pois o processo requisitado estava sendo analisado por outro órgão. Em recurso o órgão explicou que o processo encontrava-se em município distante da Coordenadoria e que poderia ser encaminhado à Assistência Técnica da Diretoria de Ensino da Região de Franca para concessão de vistas. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Espontaneamente, o ente informou que o processo estava disponível para consulta na Diretoria de Ensino de Franca e forneceu o contato para agendamento. Cientificado, o solicitante não mais se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).
4. Considerando que o órgão atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 16 de janeiro de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202300572A